

TCE suspende licitação de R\$ 165 milhões para transição energética em MS

Foram identificados indícios de irregularidades e pontos que necessitam de esclarecimentos

Por Izabela Cavalcanti | 08/09/2026 09:25

ouça este conteúdo

readme

0:00

1.0x



Placas solares de fazenda em Campo Grande, na saída para Rochedo (Foto: Arquivo/Campo Grande News)

O TCE-MS (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul) determinou a manutenção da suspensão de um certame, promovido pelo Cidema (Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa). O projeto prevê uma contratação estimada em R\$ 165,49 milhões para ações relacionadas à transição energética dos municípios integrantes do consórcio.

RESUMO

Nossa ferramenta de IA resume a notícia para você!

LEIA AQUI ✓

O projeto prevê a contratação de ações para ajudar os municípios integrantes do consórcio a reduzir emissões de gases de efeito estufa e avançar na chamada transição energética. A decisão foi publicada no Diário Oficial do tribunal nesta terça-feira (8).

O problema está na forma como a licitação foi montada. Antes de autorizar o andamento do processo, técnicos do TCE-MS analisaram o edital e encontraram pontos que, segundo o tribunal, precisam ser melhor explicados.

Um dos principais questionamentos é sobre o orçamento de R\$ 165,49 milhões. A equipe técnica apontou que o edital não apresentou de forma detalhada como os custos foram calculados. Em outras palavras, o tribunal quer saber de onde saíram os valores usados para chegar ao preço estimado da contratação.



O TCE-MS também pediu explicações sobre o percentual reservado para a elaboração do projeto executivo. Além disso, questionou se o ETP (Estudo Técnico Preliminar), documento usado para justificar a contratação, contém informações suficientes para demonstrar que a solução escolhida é adequada e que o orçamento foi corretamente estimado.

Antes mesmo da decisão cautelar do tribunal, o próprio Cidema já havia suspenso a Concorrência Eletrônica por **tempo** indeterminado. A decisão do TCE-MS, porém, impede que o processo seja retomado enquanto os questionamentos técnicos e jurídicos não forem analisados.

Isso significa que a licitação não foi cancelada. Ela continua existindo, mas permanece parada. Para voltar a andar, o consórcio terá de esclarecer os pontos levantados e aguardar nova análise do Tribunal de Contas.

O Campo Grande News tentou contato com o Cidema, mas não conseguiu resposta.

Receba as principais notícias do Estado pelo Whats. [Clique aqui para acessar o canal do Campo Grande News](#) e siga nossas **redes sociais**.

